

# ÉTICA E POLÍTICA NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE

Elisângela Bento de Souza<sup>1</sup>

Jonas Gerá Bindaco<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta a política e a ética, de maneira engendradora à política brasileira, suas ações democráticas e não democráticas, como forma de reflexão, a partir do surgimento filosófico grego dos termos política e ética e seus adendos, o caminho traçado até a modernidade e as desconstruções causadas pela mesma na política, que impactou pela troca de sentidos e maneiras de agir, substituindo a ética pelo poder, utilizando-se dele, com gozo e potência, por sua composição ser sucinta e delicada. O pensamento de Michel Foucault definiu o poder, suas dimensões e formas de ação, seguido por Pelbárt e Paulo Freire, abordam com clareza as questões políticas atuais e da colonização brasileira. Como potências, as ações mais humanas e democráticas focadas no futuro, modelam o homem atual, como um integrante da democracia e agente ativo e não passivo da caminhada política, ética e democrática brasileira.

**Palavras-chave:** Política. Poder. Ética.

1 Pós Graduando em Metodologia em Filosofia, pela UNIVES – Faculdade de Ciências e Educação do Espírito Santo.

2 Professor Orientador.

## Introdução

O sonho de uma sociedade transparente, ao mesmo tempo visível e legível em cada uma de suas partes; que não haja mais nela zonas obscuras, zonas reguladas pelos privilégios do poder real, pelas prerrogativas de tal ou tal corpo ou pela desordem; que cada um, do lugar que ocupa, possa ver o conjunto da sociedade; que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos, que a opinião reine, a de cada um sobre cada um (FOUCAULT, 2001, p. 118).

O explanar da política e da ética no contexto brasileiro, se declina sobre a história, brevemente pelo surgimento da ética e da política pelo viés da filosofia grega, sua transmissão de pensamentos, valores e formas de ação, ilustrando as definições sucintas sobre a ética e a moral, suas contribuições para o crescimento e organização dos processos humanitários e da humanidade.

Aclara a política e sua função, através da ética para a promoção de qualidade de vida para as populações, seja pelo planejamento ou pela execução dos projetos e das políticas públicas em pequena, média e grande escala (ALLES, 2014), em benefício do bem comum, em favor de todos e para todos.

A problemática se forma com o surgimento da modernidade, época que marcou pelos avanços, na política, porém, o caminho foi inverso, a via tomada foi o rompimento com a tradição da política trazida pela filosofia grego romana, logo, a política e a ética passaram a existir distintamente e a política não mais se obriga a cumprir com os princípios éticos, dessa forma, a adesão pelo poder foi mais produtiva e forte.

O poder definido por Foucault, sem repressões físicas, que se promove do interior para o exterior, desencadeando o silêncio do povo e o sobrevivencialismo, salientando as características da sociedade objeto, levada pela minoria enriquecida que comanda a política e conseqüentemente o país (FREIRE, 1980), que desencadeia inúmeras ações, inclusive o inverso do esperado da ação política, o escolher do ego, ações beneficentes a poucos, ou a um, ignorando a população e as regras e normas estabelecidas.

Assim, não mais um espaço de discussão e construção do que é fundamental e comum a todos, ou o exercício pleno da democracia, para o bem comum, não mais um espaço de ação para o bem coletivo, e sim uma máscara, uma justificativa, com as práticas divergentes e infundadas, que visam ações individualistas e egocêntricas (KINN, 2016).

Abordado o tema do poder e da política moderna, as expressões da livre escolha, pelo que não é ético e democrático na política, em virtude do poder, do ter e do ser, na realidade brasileira, os temas da colonização, as heranças e os efeitos dela na população brasileira são delimitados não como justificativa, sim como fato histórico, constituinte das características da população, das ações, das escolhas, das características, da 'não democracia' e da execução da política, como se ainda fosse necessário o envio dos bens para o exterior e enriquecimento de poucos.

Novas ações foram forjadas, como o paternalismo, o assistencialismo, os mitos, a paralisação das massas pela minoria, entre outras, que perduram até a atualidade, com muito mais força e menos descrição. Mesmo com as ações pautadas a existência de um novo fazer político democrático pode ser possível, pela elevação do homem em relação às escolhas ditas racionais, sendo capaz de integra-se a política e promover a democracia, a logo prazo, com previsões futuras.

O trabalho empírico consistiu em um levantamento dos resumos de teses e dissertações da produção sobre ética, política e filosofia, por meio da utilização de palavras-chaves consultando uma por uma as produções disponíveis. As expressões de busca utilizadas foram: poder, política, filosofia, política e democracia no Brasil. A metodologia adotada procurou articular análises extensivas e intensivas, com métodos quantitativos de resumos existentes.

Com esses dados foi possível o encontro de variáveis com naturezas acadêmicas sobre esta temática. O contexto bibliográfico permitiu-nos definir os principais temas pesquisados na área política, ética, filosofia e o Brasil, contextualizando e qualificando-os historicamente, socialmente e filosoficamente.

## **1 A Política e a Ética**

“A ação política, na perspectiva clássica engendrada pelos gregos, é uma ação necessariamente ética, pois ela deve sempre visar ao que é o melhor, o mais justo para o cidadão e para a cidade” (KINN, 2016, p. 118). Platão e Cícero, ao iniciarem as teorias clássicas das políticas, em que a proposta se detinha em definir quais eram as melhores condições para se praticar a justiça, dentro do panorama do exercício do poder, mesmo que esse não garantisse as melhores condições, indicavam a relação existente entre a política e a ética, que segundo eles, a política

não poderia existir sem a ética, em que uma complementa a ação da outra e, dessa maneira, a política e a ética vem sendo perpetuada através dos séculos até a modernidade, quando se roupe este conceito histórico e constitui a política atual, uma herdeira da política clássica grega (KINN, 2016, p. 119).

Segundo Alles (2014, p. 93) “a ética é enxergada como o conjunto de ideias que orientam a humanidade na busca de uma convivência satisfatória”, um conjunto de princípios e normas que distinguem o bem e o mal, o certo e o errado, o justo do injusto, conceitos esses que são utilizados pelos homens na tentativa de obter uma melhor convivência na sociedade, comportamentos e pensamentos que indicam as regras das ações do convívio, expressada pelas teorias formadas e conhecimentos adquiridos (ALLES, 2014).

Vislumbrando a amplitude da ética em sua definição e modos de ação, a influência na existência coletiva da vida, na dimensão da sobrevivência e igualmente das concretizações, tornou-se possível à organização das relações entre os homens, seres dotados de razão, sentimentos e emoções, através das regras (ALLES, 2014), idealizadas pela ética e empoderada pela política, no contexto em que a ética representa a política, em sua unidade herdada das origens gregas, indicando as posturas a serem utilizadas pela política, já que coexistem (CONSSETIN, et al., 2014).

“Na medida em que a vida de um grupo ou um povo vai-se prolongando, também a complexidade vai aumentando, exigindo cada vez mais princípios que possam salvaguardar a dignidade humana e a felicidade de viver (ALLES, 2014, p. 94)” e a política tem essa função, através da ética para a promoção de qualidade de vida para as populações, seja pelo planejamento ou pela execução dos projetos e das políticas públicas em pequena, média e grande escala (ALLES, 2014), Garcia (1997, p. 13, Apud KINN, 2016) afirma que “é preciso reafirmar com convicção de que a ‘política’ mais que um ‘termo’ e/ou ‘objeto’ de reflexão, diz respeito à atividade e interesse essencial à condição humana”, tanto para trazer sentido à existência, quanto para nortear as atividades (KINN, 2016).

## **2 A Modernidade e a Política**

Com os avanços do pensamento, das ciências, da tecnologia e das comunicações, a política também passou por transformações e (des)avanços. Quando na modernidade, no advento da denominada política contemporânea, a união entre a política e a ética se dissolveram, não há mais a forma definida por Platão e Cícero, um rompimento foi realizado, onde a ética representa um conceito diferente da política, não sendo constituintes de um mesmo processo (KINN, 2016).

O advento do pensamento moderno e da modernidade enquanto evento histórico/social/político/cultural produz um significativo processo de mudança/ruptura na concepção e na forma do agir político. Na teoria política moderna, que é, sob vários aspectos, impulsionadora e instauradora de um novo modelo para a ação política, a ética, não necessariamente, é parte constitutiva desta ação. Na modernidade instala-se um processo de divórcio entre as dimensões do ético e do político. É possível afirmar que o primeiro incitador e/ou mentor teórico deste divórcio é Maquiavel. Com a teoria política de Maquiavel instala-se em definitivo o processo de cisão entre o ético e o político. A partir desta nova perspectiva filosófica/política/ética, presente no horizonte da modernidade, o poder passa a ser a meta primordial/essencial da reflexão e da ação política (KINN, 2016, p. 119).

A diminuição dos pensamentos e posturas éticas na política surgiu atrelada ao advento do moderno mundo, este mesmo, que proporcionou avanços para o pensamento, para as técnicas, para as ciências, para a razão e que marcou muito o desenvolvimento humanitário, no entanto, desuniu a ética da política e a uniu com o poder, com o desejo de ter e de ser, individualizando as ações políticas e recuando as práticas coletivas, ações formadas pelo que é denominado a “lógica da razão instrumental do puro fazer, tendo em vista a satisfação das necessidades e carências individuais em detrimento de um projeto de emancipação coletiva” (KINN, 2016, p. 126).

Dessa maneira, o movimento da modernidade acarretou a desvinculação da ética da ação política, da política e dos políticos, imprimindo a ela característica de autoridade e um caminho seguro para se adquirir poder e riquezas (KINN, 2016), a definição do poder, no contexto político, se debruça a um poder espeço, porém camuflado e sucinto, que lhe impõem obrigações, limitações ou proibições, este poder é exercido sobre o corpo, como uma manipulação bem estipulada de seus comportamentos, elementos e gestos, de forma sucinta e discreta, que manipula os modos de vida, os modos de pensar e de agir (FOUCAULT, 1987).

Com isso, o poder torna-se o objetivo essencial e fundante da ação política. A meta é o poder e não necessariamente o bem-estar da coletividade. A partir de então, a questão central em termos de política passa a ser qual a melhor estratégia para se atingir o elemento/meta fundante da ação política, ou seja: o poder. Assim, política resume-se a um exercício

técnico/estratégico – definição de quais os melhores procedimentos e/ou discursos – de luta pelo poder (KINN, 2016, p. 120).

De uma forma suave Pelbart (2008), realiza uma lapidação no pensamento foucaultiano e descreve que o poder, utilizado pela política na era moderna e após ela, é um poder que emana e produz, advém da vida humana e não busca pará-la, porém se debruça sobre ela, injetando potências ou fracassos, com isso, a extrema dificuldade de resistir e o de perceber, haja vista que está diluído na vida, nas ações e nos pensamentos, influenciando o querer e os desejos, inebriante e anonimamente, que dinamiza e captura sem a percepção, o que leva a reflexão do seu desenvolvimento, em que nenhuma força punitiva ou restritiva foi absurdamente longe e profundamente na essência da vida e da subjetividade quanto esse poder.

Gilles Deleuze propôs substituir o que ele chamou de uma imagem do pensamento por um pensamento sem imagem. Imagem do pensamento significa grosseiramente uma forma à qual o pensamento está submetido. Ao contrário, forjar um pensamento sem imagem de pensamento, isto é, sem uma imagem prévia do que seja pensar (será isto possível? ou trata-se apenas de outra imagem do pensar?) pode implicar em abrir mão de uma forma, de um modelo. [...] também na política pode estar em curso algo semelhante: com o desmoronamento do modelo clássico de socialismo no Leste europeu, o caminho fica desimpedido para se inventar um outro modelo, ou, ideia todavia mais vertiginosa, uma política sem modelo, uma política sem uma imagem de política a aprisionar-lhe as virtualidades (PELBART, 1993, p. 24).

O trajeto livre e sem modelo caminha para o inverso do que é esperado da ação política, não mais um espaço de discussão e construção do que é fundamental e comum a todos, ou o exercício pleno da democracia, para o bem comum, não mais um espaço de ação para o bem coletivo, e sim uma máscara, uma justificativa, com as práticas divergentes e infundadas, que visam ações individualistas e egocêntricas (KINN, 2016).

### **3 O Poder e a Política Moderna**

[...] o poder "tomou de assalto" a vida. Isto é, o poder penetrou todas as esferas da existência, e as mobilizou inteiramente, pondo-as para trabalhar. Desde os gens, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado pelos poderes, quer se evoque as ciências, o capital, o Estado, a mídia. Os mecanismos diversos pelos quais tais poderes se exercem são anônimos, esparramados, flexíveis, rizomáticos. O próprio poder se tornou "pós-moderno", ondulante, acentrado, reticular, molecular [...] (PELBART, 2008, p.1).

Zatti (2007) demonstra o homem moderno, como um homem fantoche, outrossim, indica e denuncia que em relação á política, o tempo transformou os homens e fez

das massas 'reféns' das minorias, em que as "decisões de uma elite que por meio da prescrição, massifica, domestica, acomoda, rebaixando o homem à condição de objeto, fazendo-o heterônomo" (ZATTI, 2007, p. 41), profundamente adentrando sobre a liberdade, sobre a vontade e sobre as manipulações realizadas pelo poder, que está incluído na política.

Para chegar à definição de homem fantoche, o advento da modernidade no século XVIII demonstraram seus efeitos, neste caso, negativo quando é posto em voga a segregação da ética e da política, contudo, no positivo para o fortalecimento da política moderna se fez necessário o poder, e este se modificou (ZATTI, 2007), se tornou sutil e necessário para a propagação e manutenção da política, chegando às pessoas e as enquadrando por seus gestos, seus desempenhos diários, suas formas de corpo e seus desejos, haja vista que, desta maneira torna-se mais fácil o controle, a manipulação e também a punição, seja de um homem, quanto de massas populares (FOUCAULT, 2001).

No entanto, existe um custo, o poder não é somente de uma pessoa, como eram dos reis ou dos chefes de tribos, não é inteiro de uma só pessoa e para uma determinada situação, é muito mais amplo e interligado, é múltiplo, acerca a todos, os que são submetidos ao poder, tanto a quem o submete, podendo ser múltiplas pessoas a exercê-lo, de forma produtiva e equilibrada, ação que é já, característica do pós modernismo, assim sendo, o "poder não é substancialmente identificado em um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular (FOUCAULT, 2001, p. 121).

Não ser titular do poder, não significa que não tomam posse do mesmo e o utilizam das mais diversas formas, a facilidade é que existe poder para todas as pessoas, todavia, não são todas as pessoas que são capazes de utilizá-lo. Os que são capazes de fazê-lo, fazem com maestria, se elevam e produzem fins de superioridade, de dominação de uma pessoa, e/ou de diversas pessoas e/ou de instituições, com a possibilidade de ser além de uma pessoa ao controlar o poder, como nos casos dos conselhos e outras organizações (FOUCAULT, 2001).

Sendo o homem livre, ele é capaz de escolher pelo bem ou pelo mal, de usar o poder sendo guiado por sua razão ou não, como na lógica niilista proposta por

Nietzsche, contudo, o homem não é isento de vícios e mesmo que não tenha uma predisposição ao mal, se encanta com a dimensão do poder, nas suas potências: financeiras, de respeito e de dominação (ZATTI, 2007), Pelbart (2008) complementa que os que são submissos a este poder e as potências produzidas por ele, são os sobreviventes e, estes estão como em uma sobrevivência biológica, produzindo-a e reproduzindo-a em grande escala.

#### **4 No Brasil, a Política, a Ética, a Democracia e Atualidade**

A história do Brasil, em seu caráter de colonização, demonstra a execução do poder físico, de coação, de domínio físico, das expressões, das economias e das vontades, a colonização foi agressiva e predatória, não houve uma democracia e, a perpetuação das negativas experiências não democráticas se deu em grande escala, assim sendo, foi o modo que se aprendeu a corrupção, o roubo, a falta de honestidade, o desejo de ser e de ter, entre outros, com as ações próprias dos colonizadores, como a escravidão, mandonismos, exploração econômica, privação de liberdade e de expressão, escravidão e privação de livre iniciativa (FREIRE, 1997).

O objetivo da autarquia portuguesa era impedir a participação do povo e governar sozinha, já que o país era governado pelos reis de Portugal, por fiscais da coroa, para controlar e ser senhor das terras do reino, juntamente com os membros nobres da coroa, comportamentos estes que vetaram o surgimento do autogoverno dentro dos parâmetros da autonomia e do bem estar coletivo (FREIRE, 1997), tendo em contemplação, que tudo era para uma só pessoa, e um só bem estar, que não era o dos brasileiros, povo este que era privado da participação nas decisões de sua própria vida e nação, proibidos de crescer, de falar e de se desenvolver (ZATTI, 2007).

Não havia o desejo por parte dos colonizadores de construir uma nação, uma civilização, sua empreitada era apenas comercial: enriquecer e voltar para a Europa. O homem brasileiro surgiu nessa condição cultural, ela é a origem do paternalismo, do tutelarismo, da tradição pouco propensa ao diálogo e à democracia que nos acompanha ao longo da história (ZATTI, 2007, p. 41).

Com a independência do Brasil, houve-se os esforços para a criação de um Estado democrático, todavia, os modelos utilizados neste início foram importados de outras culturas e colonizações, não sendo bem realizado e, demonstrando que, desde o início o povo brasileiro não havia se desenvolvido o suficiente para poder tornar-se

democrático (FREIRE, 1997), sendo assim, Zatti (2007, p. 42), afirma que “importávamos uma solução pronta para os nossos problemas sem termos nenhuma experiência de autogoverno e sem que a democracia fizesse parte de nossa cultura”.

A democracia se pauta na ação ética dos políticos e da política brasileira, o entendimento em alguns momentos pode ser comparado aos dos primórdios junto a Platão e Cícero, em que a política e ética caminhavam juntas, aqui o entendimento da política como democrática e a democracia como ação ética da política. A consolidação da democracia como ação fundamental para o desenvolvimento da nação, ou até mesmo das tentativas realizadas pós independência, para obtenção do Estado de direito, do desenvolvimento da autonomia, da superação das imensas desigualdades sociais e principalmente como indicativo da autonomia das pessoas e do povo (ZATTI, 2007).

O desenvolvimento da democracia brasileira, não é tido como admirável, contendo como herança cultural e histórica a colonização portuguesa, o desenvolvimento das ações que deixavam a grande massa popular na miséria, continuou a existir, o desenvolvimento econômico funcionou ao inverso, sendo suporte para as classes muito ricas e oprimindo as classes pobres e muito pobres (FREIRE, 1997), o desenvolvimento não serviu para o incremento da democracia e da autonomia do povo, ao contrario, utilizou-se para alienar e imobilizar o povo (FREIRE, 1983). Assim, mesmo que não haja um senhor, os fiscais da coroa e os nobres, é possível que a sociedade seja fechada, escravocrata, colonial, antidemocrática e sem povo (FREIRE, 1997).

Pelbart (2008, p.7) aborda sobre a escravidão e, relata que:

Somos escravos da sobrevivência, até num sentido hegeliano, não arriscamos nossa vida. Essa cultura visa, sobretudo isso: a sobrevivência, pouco importa a que custo. Sobrevivencialismo. o espetáculo anêmico da vida se arrastando como uma sombra de si mesma, nesse contexto biopolítico em que se almeja uma existência asséptica, indolor, prolongada ao máximo, onde até os prazeres são controlados e artificializados: café sem cafeína, cerveja sem álcool, sexo sem sexo, guerra sem baixas, política sem política – a realidade virtualizada.

O sobrevivencialismo, foi-se criando quando houve momentos que exigiam mais da participação efetiva popular e, para burlar o levante do povo, a busca pelos direitos, o pleno exercício da democracia e da política, os assistencialismos surgiram, sobrevivendo uma imagem do fazer político democrático (FREIRE, 1997),

transformando “os homens em seres passivos, acomodados, ajustados, incapazes de decidir, sem liberdade, e, portanto, heterônomos” (ZATTI, 2007, p. 40), características adquiridas na história do povo brasileiro, com os sistemas coloniais, que adentraram a cultura e a fizeram “impondo sua visão de mundo, ocorrendo assim, invasão cultural e a invasão cultural é sempre alienante e violenta, uma forma perversa de domínio (ZATTI, 2007, p. 42).

Domínio, que aqui é na lógica foucaultiana, sem repressões físicas, que se promove do interior para o exterior, desencadeando o silêncio do povo e o sobrevivencialismo, salientando as características da sociedade objeto, levada pela minoria enriquecida que comanda a política e conseqüentemente o país (FREIRE, 1980), assim também foi feito pelas elites de outros países ou país que são dominadores e

[...] fazem que o povo silencie frente a elas. Foi o que fizeram, por exemplo, os governos militares após o golpe de 1964, adotaram uma política de servilismo em relação aos Estados Unidos e uma violenta imposição de silêncio ao povo. Todas essas situações de silenciamento impedem a autonomia das nações, sociedades, e indivíduos que vivem nelas (ZATTI, 2007, p. 43).

O impedimento da autonomia indica o quanto não é democrática a nação e que a mesma se sobrepõe sobre o outro e não promove o diálogo com as necessidades do povo, ação esta que é silenciadora, que cria uma admiração por um falso mundo, suprimindo a admiração e a visibilidade pelo mundo real, “esse falso mundo é um engodo, é um mundo mítico, irreal para as camadas populares, que assim mantêm-se cada vez mais alienadas, cada vez mais imersas na heteronomia” (ZATTI, 2007, p. 43). A manutenção do falso mundo é característica do poder da política, do poder alienante que se produz, neste caso, se dissemina pela criação de mitos, que são mantidos fortes e absolutos, como possibilidades de real acontecimento (FREIRE, 1983).

O maior de todos os mitos é o mito da liberdade, iniciando pela máxima de que todos são livres, no contexto brasileiro, em que o Brasil é um país livre, em que todos são livres para trabalharem onde e na função que quiserem, estudarem onde e o que quiserem, morarem onde e como quiserem, entre outros, que vão se completando nos mitos derivados e específicos, como o fruto do esforço, que com ele é possível ser bem sucedido, um empresário e não um simples funcionário, o

mito do acesso a educação para todos e a mesma ser de qualidade, o mito de que todos são iguais, em que as classes sociais não diferem no tratamento e no acesso aos serviços, a própria política de serviços básicos, que ao mesmo tempo aponta o mito de acesso aos serviços, expõe o assistencialismo e a maneira em que se manifesta, que é maravilhosa e os que se opõem rumam a ingratidão, ou com a inteligência inferior (FREIRE, 1983).

No entanto, “a sociedade que não busca o desenvolvimento, que não busca ser para si, que não busca a autonomia, reforça as estruturas da cultura do silêncio construídas ao longo da dominação” (ZATTI, 2007, p. 43), reflexão que expressa que o mover-se é necessário, que existe a possibilidade de existir a democracia e a ação ética na política brasileira (ZATTI, 2007).

## **5 Potências da Política e da Ética**

[...] a virtude torna-se uma permanente disposição de caráter para querer o bem, supondo a coragem para assumir os valores escolhidos e o enfrentamento dos obstáculos que dificultam a ação, razão pela qual a vida moral não se resume a um ato ocasional e fortuito, mas ao hábito (CONSSETIN, et al., 2014, p. 108).

Na dimensão humana, as ações são direcionadas pelos princípios, devido ao homem ser capaz de escolher e por obter vontade, que ao contrário dos animais, que são regidos pelos desejos e instinto, tornando suas ações governadas pelas leis da sobrevivência. Sendo determinada como razão prática, à vontade, característica humana, é útil para a compreensão dos costumes, criada por eles mesmos, e igualmente para guiar as ações, no panorama político as atitudes não devem ser movimentadas por interesses, sua finalidade necessita estar pautada e fundamentada na razão, esta que não é subjetiva, mas sim universal (CONSSETIN, et al., 2014).

Em contrapartida está a ação moral, efetivada e desempenhada por todos, como um exercício legal da razão, que na atualidade existe uma deturpação da ação moral e (CONSSETIN, et al., 2014), a criação de um mundo que está transtornado e não destruído, em que as éticas e morais construídas são rachadas e estaladas, como em um veleiro destroçado, a postura que exige é a intensificação das rachaduras e estalos, para que talvez, o que vier depois seja melhor do que o que se apresenta (PELBART, 2008).

Por isso, o homem não deve acomodar-se no mundo, e sim integrar-se nele e com ele (ZATTI, 2007, p. 40), sendo capaz de promover e ser a resistência contra a inclinação das pretensões especiais existentes na política, como os diretos particulares e os privilégios, haja vista que, se profundamente todos fossem iguais, não seria necessário o direito e o exercício dos deveres em favor da democracia, dessa forma, a ação política que é catedrática na criação de desconfianças da justiça, em sua integralidade julgadora e punidora, se volta, em grande medida, caracterizada como violência aos mais fracos, ou os menos favorecidos, ato que é herança e consequência de toda história e cultura anteriores (NIETZSCHE, 2004).

Talvez o desafio atual seja intensificar esses estalos e rachaduras a partir daquilo que pipoca por toda parte, essa vida não orgânica, os modos de cooperação que surgem aqui e ali, a inteligência coletiva que fervilha, as contra-subjetivações que pedem passagem e redesenham nossa paisagem coletiva. Afinal o poder, como diz Negri inspirado em Espinosa, é superstição, organização do medo: “Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação (PELBART, 2008, p.20).

### **Considerações Finais**

KINN (2016, p. 126), afirma sobre a política brasileira:

É urgente a ampliação e aprofundamento dos instrumentos e canais de participação coletiva/democrática, no sentido de garantir a participação de todos os indivíduos/cidadãos no processo de criação e responsabilização de um novo projeto coletivo-humano. Um projeto que tenha como elemento fundante e orientador os interesses da coletividade – da comunidade humana – não só em relação ao presente, mas também em relação à responsabilidade para com o futuro desta coletividade.

Entende-se que a política, em seu exercício democrático, promove o aguardo da população por respostas e ações éticas e sociais, suficientemente eficaz para gerar vidas plenas e dignas de qualidade, no entanto, para que de fato as respostas ocorram à desmistificação do mito que a política é um espaço reservado para alguns, os políticos e, que todos, sem reservas, votação e filiações, assumam seus lugares, como promotores de uma política, um espaço de direito e democracia (KINN, 2016).

A participação efetiva de todos é capaz de produzir demasiadas ações boas, construir a sociedade com mais justiça, ética e equidade a todos, movimentando, dessa forma, a desvalorização e descrença na política e em suas ações, haja vista que, atualmente a mesma é vista com elevada desconfiança e discredibilidade, não sem fundamentos, havendo dificuldades para descrever em detalhes as circunstâncias, as escolhas e as decisões, tornando-se fácil a percepção de que “se

esvaneceu a antiga dignidade greco-romana atribuída à política como responsabilidade pelo bem comum” (KINN, 2016, p. 117).

Sendo o Estado o portador da política, da democracia, logo é o portador da visão negativa da política, em grande medida, onde são fundamentados todas as discredibilidades e desconfianças, local que o mover das imagens negativas devem começar a tomar o caminho inverso, para que se possa “viver segundo os preceitos da razão e, assim, garantir uma vida com paz e segurança, ou seja: uma vida adequada ao bem-viver humano/racional” (KINN, 2016, p. 124).

Entende-se que, pelo advento da modernidade e o desenvolvimento dos preceitos éticos, a política e a ética não denotam mais a mesma natureza, a que foi instituída nos inícios da filosofia grega, evoluída com a tradição, no entanto, abandonada na modernidade, atualmente a ética e política não coexistem, em circunstâncias tornam-se distintas, desarticuladas e antagônicas, no Brasil não seria diferente, o agravante é que a exposição do rompimento ao da não existência, desde os caminhos pela democracia, é o Estado, há uma imagem, faces e nomes (KINN, 2016).

Sendo o Estado representado por homens, estes como representantes das leis, da política e do poder, precisam equilibrar suas ações com as responsabilidades, como já dito, não somente com a geração do presente, mas principalmente com as gerações futuras. O novo caminho a ser construído, não é um caminho emergencista, apesar de ser precisada a emergência, é um caminho de orientação e avaliação, que visa o melhoramento futuro, a medida que se adquire, se aprende, se renova e se cria a ética (KINN, 2016).

Kinn (2016) aponta que a busca pelo melhoramento futuro é uma responsabilidade do tempo atual, que apontam as ações e as orientam, afirmando principalmente que o desejo por um futuro melhor passa por uma ação, ação que cabe a cada um, a cada cidadão brasileiro, haja vista que, a paralisação, a reclamação e a indicação de novas saídas e opções, sem a ação não denota utilidade, o que denomina como “presentividade” das ações, uma vez que está voltada para o futuro, [...] ação ética/política que se estrutura a partir da projeção do direito das gerações futuras, ou seja, o direito de continuarem existindo enquanto humanidade” (KINN, 2016, p. 128).

O trabalho diário e a mão na massa são sempre mais maçantes do que as belas palavras, mas não se deve sob hipótese alguma abdicar das belas palavras, assim como não se deve abdicar das belas histórias, nem dos belos gestos, muito menos das belas intervenções — o que não dizer das belas e desvairadas viagens. Sobretudo delas, que num trabalho deste tipo só se consegue fazer quando se está devidamente acompanhado, isto é, ladeado por uma equipe audaciosa e tresloucada (PELBART, 1993, p. 26).

A ação política não pautada na ética e distante da democracia atravessa um caminho, contém uma história, muito mais do que somente o avanço e desenvolvimento do poder, enquanto força que move, sendo sucinto, delicado, que não ameaça, não é visível, que está presente nas ações, falas, decisões, desejos, buscas, realizações e movimentos. Assim, o poder caracteriza a política e a política consegue vislumbrar o poder, não com a ética e a democracia e uma ferramenta muito mais afiada e moderna: o poder, definido na filosofia de Foucault e outros que permeiam seus pensamentos.

Encontra-se, a justificativa da colonização e perpetuação da cultura aprisionante vivida para a não efetivação da democracia, todavia, a questão é amplamente mais profunda e arraigada na história da humanidade, mesmo sendo definida, utilizada e escrita pela filosofia grega, há milênios atrás, não significa que tradição foi seguida, bem delimitada como foi escrita, até na era moderna, seguiu-se bem, a evolução se deu em todos os âmbitos e no caso da política, o desvencilhamento da ética, para acoplar o poder.

Todavia, as ações e potências que podem surgir do poder para a política podem e devem ser usadas e percebidas, sendo instrumento de todos, não restrita, em benefício de todos para a retomada da ética e da democracia, para o futuro, haja vista, que a visão do melhoramento da política do futuro, exige boas ações no presente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLES, Luis. Ética a partir dos paradigmas. In: RUEDELL, Aloísio, et al. **Filosofia e ética**. 1.ed. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2014, cap. 3.3. p. 93-104.

COSSETIN, Vânia L.F. Teorias Éticas. In: RUEDELL, Aloísio, et al. **Filosofia e ética**. 1.ed. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2014, cap. 3.4. p. 104-110.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1987, 348 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001, 174 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KINN, Valdir Graniel. Considerações sobre a ética, política e cidadania. In: RUEDELL, Aloísio, et al. **Filosofia e ética**. 1.ed. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2014, cap. 3.6. p. 111-130.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2004. p. 202.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo rei: sete ensaios sobre a loucura**. 1.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1993, 132p.

\_\_\_\_\_. **Vida e morte em contexto de dominação biopolítica**. Instituto de estudos avançados. São Paulo, 2008, p 1-20. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>> Acesso em 04 de Agosto de 2017.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeeducacao.pdf>> Acesso em: 04 de Agosto de 2017.